

<b>PROCESSO</b>	- A.I. Nº 206905.009/00-0
<b>RECORRENTE</b>	- ELETRÔNICA BANDEIRANTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
<b>RECORRIDA</b>	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
<b>RECURSO</b>	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 4ª JJF nº 2062-04/01
<b>ORIGEM</b>	- INFAZ BARREIRAS
<b>INTERNET</b>	- 26.02.02

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0057-12/02

**EMENTA:** ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS DE MERCADORIA SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. Os documentos fiscais elencados no Recurso já foram excluídos da exação fiscal pela Decisão Recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a decisão da 4ª JJF, que julgou o Auto de Infração Procedente em Parte – Acórdão JJF n.º 2062-04/01 – para exigir imposto referente a omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apuradas em Levantamento Quantitativo de Estoque, em exercício fechado, presumida pela constatação de omissão de entradas, nos exercícios de 1995 e 1996, em que o recorrente alegou que localizou algumas Notas Fiscais, de nºs 122 a 146 de saída e de nºs 1951, 1953 e 1954, de entrada, inexistindo, portanto, diferenças nos estoques.

A PROFAZ, em sua manifestação, informou que as notas fiscais referidas no Recurso, anteriormente colacionadas aos autos quando da defesa inicial, já foram consideradas e excluídas da autuação pela própria autuante, e que o recorrente não trouxe qualquer demonstrativo capaz de comprovar a inexistência de diferenças no estoque, que alegou.

Disse que a autuante, além de considerar os documentos fiscais elencados no Recurso, refazendo o estoque do autuado, elaborou novo demonstrativo de débito, consoante se verifica às fls. 172/192, e, diante disso, considerou correta a Decisão Recorrida, que julgou parcialmente a exação fiscal, e opinou pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

### VOTO

Corroborando com a informação da Representante da PROFAZ, ao analisar os demonstrativos elaborados pela autuante, após a impugnação inicial, constatei que as notas fiscais a que o recorrente se refere já foram, devidamente, excluídas da autuação, e nenhum novo elemento ou demonstrativo foi apresentado para comprovar a alegação da inexistência de diferenças no estoque do estabelecimento autuado.

Pelo que expus, concluo que as razões recursais apresentadas são insuficientes para alterar a Decisão Recorrida, porque desprovidas de provas fáticas, ou elementos passíveis de apreciação, ou ainda, fundamentos de direito que pudessem elidir a acusação que lhe fora imposta, e o meu voto é pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso Voluntário, para homologá-la.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado, para homologar a Decisão Recorrida, que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206905.0009/00-0**, lavrado contra **ELETRÔNICA BANDEIRANTE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$978,86**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista nos artigos 61, inciso IV “a” da Lei 4825/89, e 42 III, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de fevereiro de 2002.

JOSÉ CARLOS BOULHOSA BAQUEIRO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

CIRO ROBERTO SEIFERT - RELATOR

MARIA HELENA CRUZ BULCÃO – REPR. DA PROFAZ